

PARA SE PENSAR A CULTURA NO BRASIL ATUAL**TO THINK ABOUT CULTURE IN TODAY'S BRAZIL**Janaina Santos Dias¹**RESUMO**

O presente artigo dedica-se a uma breve análise do campo cultural no Brasil na atualidade. Para tal, estabelece um recorte temporal do governo Lula (2003-2010) aos primeiros anos do governo Jair Bolsonaro (2019). O problema é verificar o entendimento e o papel da cultura na agenda do Estado no período analisado, considerando a percepção histórica, os avanços, as continuidades, as discontinuidades e os desafios e retrocessos atuais. A metodologia é de cunho bibliográfico, baseado em estudiosos que pensam a cultura no capitalismo contemporâneo. O objetivo é fazer uma breve reconstrução histórica das políticas para a cultura no período de análise e entender os processos vivenciados, a transformação ocorrida no campo cultural.

PALAVRAS-CHAVE: Políticas culturais. Cultura. Capitalismo.

ABSTRACT

This article is dedicated to a brief analysis of the cultural field in Brazil today. For this purpose, establishes a temporal clipping of the Lula government (2003-2010) the first year of the government Jair Bolsonaro (2019). The problem is to check the understanding and the role of culture in the agenda of the State in the period analyzed, considering the historical perception, advances, the continuities, discontinuities and the current challenges and setbacks. The methodology is based on bibliographic imprint scholars who think the culture in contemporary capitalism. The goal is to make a brief historical reconstruction of policies for culture in the period of analysis and understanding the processes experienced the transformation that occurred in the cultural.

KEY-WORDS: Cultural policies. Culture. Capitalism.

¹ Economista, mestre em administração pelo Programa de Pós-graduação em Administração – PPGAd, da Universidade Federal Fluminense – UFF. Servidora Pública: Assessoria em projetos culturais e articulação institucional no Centro de Artes da UFF, NITERÓI – RJ, BRASIL. E-mail: janainadias@id.uff.br.

INTRODUÇÃO

“Para mudar um regime político é preciso antes destruir a sociedade”, diz o mantra cunhado pela empresa Cambridge Analytica e seus mentores, entre eles o pernicioso neofascista americano Steve Bannon, consultor informal do atual presidente do Brasil. E é a isto que se dedica, há um ano, o governo do país, cujo avanço mais recente, numa área de grande importância estratégica, a da Cultura (REIS, 2020).

Assistimos hoje o aumento do conservadorismo, autoritarismo (ALMEIDA, 2019) e do fascismo no Brasil (FAGUNDES, 2020)². No entanto, o conhecimento dos elementos principais desse ressurgimento e sua intensificação ainda não são totalmente conhecidos e é preciso entendê-los. Este texto pretende refletir sobre alguns pontos importantes do atual contexto do Brasil, sobretudo no campo cultural e, ao mesmo tempo, fazer uma breve retrospectiva histórico-política e cultural das transformações que o país sofreu desde o governo do presidente Lula até a crise conjuntural atual e propor uma crítica e questões a essa problemática brasileira, que tem contornos mundiais.

Assim como expõem Brown (2017) e Harvey (2017), o que vivenciamos hoje no Brasil, diz muito sobre o processo global; um cenário que é de violenta restauração neoliberal e neofascista. Dessa forma, refletirmos sobre o projeto cultural e político do país torna-se necessário e inevitável. Análises retrospectivas também são relevantes no sentido de nos dar um entendimento e compreensão do que assistimos hoje e nos dar alguma previsibilidade acerca dos alicerces sobre os quais o cenário político, social e cultural do país está sendo construído.

Diante das mudanças políticas, econômicas, sociais e culturais por que passam o Brasil e o mundo hoje e das transformações recentes nas políticas públicas, entendemos que existe a necessidade de, sobretudo, nas políticas para a cultura no Brasil, se pensar e construir os mapas deste debate (DOMINGUES, 2018).

No Brasil, o início do século XXI foi marcado pela implementação de políticas culturais democráticas e participativas. Calabre e Lima (2017) argumentam que foi no

²Almeida (2019) expõe de maneira didática as raízes do autoritarismo no Brasil e suas facetas contemporâneas. Fagundes (2020) destaca que o governo que se implantou em 2019 no Brasil, presidido por Jair Bolsonaro, tem viés nitidamente profascista, lastreado centralmente em um anticomunismo primário, que considera todas as demais forças sociais diferentes de si mesmo como alvos de sua “caça às bruxas”.

governo do Presidente Lula e na gestão do Ministro Gilberto Gil que a cultura entrou efetivamente no campo das políticas públicas (CALABRE; LIMA, 2017). Nesse período, o discurso do Estado reaparece como promotor de políticas públicas para intervir e corrigir as injustiças de uma sociedade baseada no livre mercado. Na última década foram discutidas intensamente as formas de financiamento da cultura e a atuação do Estado na decisão da alocação dos recursos³.

Neste texto discutiremos o redimensionamento do lugar da cultura dentro da área das políticas públicas e no projeto político do país desde o primeiro mandato do governo Lula (2003-2006) até os agravantes dias atuais. Nesse sentido, este trabalho traz uma breve reflexão, sobretudo das políticas públicas de cultura, partindo dos deslocamentos conjunturais políticos no Brasil, e busca compreender como se inserem e se reatualizam no interior do capitalismo contemporâneo.

Qual o desafio de se pensar a relação entre cultura, desenvolvimento e capitalismo hoje no Brasil? Nesse sentido, a análise do campo cultural se mostra necessária à medida que expõe os agentes ativos, os valores, as contradições e as disputas legítimas na sociedade (SODRÉ, 2017).

A intenção deste artigo é propor uma breve reflexão que dê conta da atual complexidade do campo cultural brasileiro a partir das transformações sociais e políticas que num determinado período vinham ocorrendo em ritmo progressivo no país, revelando diferentes modos de convivência, novos atores e processos culturais.

Depois de tanta luta, depois de vencer uma ditadura militar, de conquistar uma perspectiva progressista e inclusiva em termos de proposta de governo, sustentada por um conjunto de compromissos que eram expressão de uma luta emancipatória de diferentes movimentos sociais e de uma população historicamente silenciada, oprimida e marginalizada socialmente; pensamos que tínhamos construído ao longe a possibilidade de estabelecer uma agenda inclusiva, reparatória na construção violenta da sociedade brasileira oriunda da escravização de povos africanos e do extermínio de

³ O principal financiamento da cultura atualmente é o incentivo fiscal, também denominado Renúncia Fiscal ou Mecenato, uma forma de estimular o apoio da iniciativa privada ao setor cultural. Podem ser proponentes de um projeto cultural pessoas físicas com atuação na área cultural (artistas, produtores culturais, técnicos da área cultural); pessoas jurídicas públicas de natureza cultural da administração indireta (autarquias, fundações culturais); e pessoas jurídicas privadas de natureza cultural, com ou sem fins lucrativos (empresas, cooperativas, fundações, ONGs, organizações culturais) (COSTA; MEDEIROS; BUCCO, 2017).

populações indígenas. No entanto, atualmente, num breve espaço de tempo após a eleição de Jair Bolsonaro, parece que tudo entrou em colapso.

O artigo está estruturado em seis seções e uma breve conclusão. Na primeira, fazemos uma introdução e contextualização da discussão proposta no artigo. Na segunda seção, discute-se brevemente as políticas para a cultura no governo Lula. Na terceira, abordamos o contexto político econômico cultural e institucional do governo Dilma, na quarta o contexto do pós-golpe de 2016 e o início do governo Jair Bolsonaro. Na quinta, provocamos um breve debate sobre a cultura como direito. Na última seção, trazemos uma análise cultural partindo de uma discussão teórica e de autores que pensam o campo cultural e o neoliberalismo e como este pode influenciar na construção de políticas públicas para a cultura.

A CULTURA COMO UM PROJETO DE TRANSFORMAÇÃO

A dinâmica e o alcance das transformações culturais sob a influência das mudanças ocorridas no âmbito do governo federal a partir da eleição do Presidente Luís Inácio Lula da Silva, em 2002, e o reconhecimento da cultura como pilar estratégico de um modelo de desenvolvimento se deram a partir da gestão de Gilberto Gil no Ministério da Cultura (MinC). Esse período histórico trouxe grandes contribuições para o debate sobre o desenvolvimento no Brasil, abrindo diversas possibilidades de abordagem e discussão sobre a dimensão cultural do desenvolvimento. Este tema na atualidade é amplamente difundido e debatido em diferentes países.

É outra – e é nova – a visão que o Estado brasileiro tem, hoje, da cultura. Para nós, a cultura está investida de um papel estratégico, no sentido da construção de um país socialmente mais justo e de nossa afirmação soberana no mundo [...] porque a vemos como base da construção e da preservação de nossa identidade, como espaço para a conquista plena da cidadania [...] tanto pelo fortalecimento da autoestima de nosso povo, quanto pela sua capacidade de gerar empregos e de atrair divisas para o país [...] encaramos a cultura em todas as suas dimensões, da simbólica à econômica (BRASIL, 2006, p. 3).

O conteúdo programático da política do governo federal para a cultura no documento “A imaginação a serviço do Brasil: Programa de Políticas Públicas de Cultura” (PALOCCI-FILHO, DANIEL, 2002) intencionou um afastamento da

Para se pensar a cultura no Brasil atual – Janaína Santos Dias – p. 233-258

orientação neoliberal ao passar a ser o eixo das políticas de cultura no Brasil. A cultura então passa a ser entendida de uma forma mais abrangente e em direção a uma compreensão antropológica.

No sentido de que toda política cultural não pode deixar nunca de expressar aspectos essenciais da cultura desse mesmo povo. Mas, também, no sentido de que é preciso intervir. As políticas públicas para a cultura devem ser encaradas, também, como intervenções, como estradas reais e vicinais, como caminhos necessários, como atalhos urgentes. Em suma, como intervenções criativas no campo do real histórico e social. Daí que a política cultural deste Ministério, a política cultural do Governo Lula, a partir deste momento, deste instante, passa a ser vista como parte do projeto geral de construção de uma nova hegemonia em nosso País. Como parte do projeto geral de construção de uma nação realmente democrática, plural e tolerante. Como parte e essência de um projeto consistente e criativo de radicalidade social. Como parte e essência da construção de um Brasil de todos (Ministro Gilberto Gil, discurso de posse em 02 de janeiro de 2003).

Importantes programas e movimentos assumiram lugar central na formatação de políticas de cultura no governo Lula como: a elaboração e desenvolvimento do Sistema Nacional de Cultura (SNC), do Plano Nacional de Cultura (PNC), a criação do Programa Cultura Viva, que podem ser considerados como as iniciativas mais bem-sucedidas da gestão da cultura durante os dois mandatos de governo Lula. Assim como a institucionalidade e a organização do campo cultural, das políticas públicas de cultura e das interfaces sociais que conformaram as ações do Ministério da Cultura no período (DOMINGUES, 2018).

As ações estruturadas no período deram substrato à construção de políticas culturais como o Programa Cultura Viva. Os Pontos de Cultura fizeram parte de um arcabouço de políticas públicas de caráter emancipatório e contribuíram para o estabelecimento de novas legitimidades a partir do posicionamento de novos atores sociais e de discursos identitários de diversos segmentos da sociedade brasileira, especialmente aqueles oriundos dos setores populares. Uma política pública de mobilização e encantamento social, um “do-in antropológico, massageando pontos vitais, mas momentaneamente desprezados ou adormecidos, do copo cultural do país” – assim é descrito o Programa Cultura Viva pelo então ministro da Cultura Gilberto Gil (BRASIL, 2004).

Neste percurso, as ações do MinC ganharam visibilidade no Brasil e na América Latina, com distintos contornos, e exemplo concreto foi o Programa Cultura Viva. Desenhado de uma maneira completamente inovadora e sem grandes complexidades, o programa surgiu como uma estrutura de fomento estatal direto, com foco em organizações comunitárias com histórico de atuação em suas localidades. O Estado dava total autonomia para a escolha das atividades e a forma de organização da entidade. A proposta defendida pelo governo era de fomentar o protagonismo dos sujeitos (CALABRE; LIMA, 2017).

O Programa Cultura Viva pretendeu fortalecer de iniciativas culturais já existentes na sociedade civil e que pudessem, por meio do financiamento público, ser dinamizadas. Conforme destaca Célio Turino, em Stropp (2010), o Brasil teve esse mérito de organizar um sentimento disperso por toda a América Latina.

Uma política pública de acesso à cultura tem que ir além da mera oferta de oficinas artísticas, espaços e produtos culturais; precisa ser entendida em um sentimento amplo, expresso em um programa que respeite a autonomia dos agentes sociais, fortaleça seu protagonismo e gere empoderamento social. [...] Este tem sido o principal objetivo do Programa Cultura Viva: a busca de uma cultura que liberta. A essência do Programa Cultura Viva e do movimento dos Pontos de Cultura é intensificar esse processo, potencializando as energias criadoras de nosso povo, para que ele se perceba enquanto sujeito histórico, agente se de sua própria transformação (TURINO, 2009, p. 131).

E, conforme entendem os autores Calabre e Lima (2017), Barbalho (2015) e Rubim (2015), no período de 2003 a 2010, o Estado teve uma atuação ativa na formulação e implementação de políticas públicas de cultura; ocorreu uma elevação do patamar institucional, político, econômico e social do MinC e uma abertura de diálogo com poderes públicos, institucionais, nacionais e internacionais nunca alcançados antes pelo ministério e, respectivamente, pelas políticas de cultura.

Alexandre Barbalho (2015) em relação ao governo Lula (2003-2010), defende a hipótese da ampliação do patamar do MinC, como também o fortalecimento do campo cultural brasileiro e a politização deste, guiada pela disposição, participação e tomada de posição dos agentes culturais nesse contexto.

O êxito das políticas culturais no período Lula, logrado em documentos e pesquisas e, conforme defendem diferentes autores e pesquisadores, implica em uma

ampliação do conceito de cultura apreendido pela noção de transversalidade da cultura e das fronteiras desse campo (RUBIM, 2015).

Assim como destaca Barbalho (2017), a configuração do campo cultural, as disposições e espaços sociais, os capitais mobilizados, bem como as disputas legítimas travadas envolvendo um órgão do Estado, pressupõe, nesse sentido, o Estado agindo como um metacampo que congrega todos os campos para onde convergem todos os tipos de capital, o que implicou, portanto, no envolvimento do campo cultural com outros campos, para além, inclusive, dos mais óbvios, ou seja, o campo estatal e o campo político.

A relação entre política e cultura é historicamente atravessada por tensões. A dimensão política permite construir um espaço autônomo para a ação humana mobilizando elementos como liberdade e igualdade, a dimensão da cultura projeta a possibilidade de emancipação por meio do conhecimento, expressões culturais, artísticas e identitárias e por diferentes modos de ser e de viver.

As relações entre estes dois campos, no governo Lula (2003-2010) têm significados importantes se observados os modos pelos quais foram travadas as mediações entre diferentes atores, Estado e Instituições. Momento histórico que sinalizou e demarcou posições no jogo de poder travado entre política, cultura e sociedade na direção de possibilidades identitárias, cidadãs, participativas e emancipatórias que se apoiaram na ideia de diversidade cultural com maiores possibilidades de inclusão social.

Assim posto, entendemos que a compreensão do papel da cultura e das políticas para a cultura a partir do governo Lula elevou a cultura a um lugar na gestão pública, reestruturando o Ministério da Cultura, modificando a forma de o Estado brasileiro se relacionar com a cultura, redefinindo sua responsabilidade político-institucional e administrativa com a questão cultural e lançando bases para um novo patamar da cultura em um projeto político para o país. Inaugurou novos paradigmas na relação entre o Estado, a cultura e a sociedade ao promover mudanças estruturantes, fundamentadamente na cultura política e na relação entre a cultura e um novo projeto de sociedade e de desenvolvimento para o país (SANTINI, 2017).

O campo cultural no governo Lula, tem múltiplas variáveis em sua dimensão, vivenciamos um período transformador e inaugurador de um cenário inédito de

potencialidades que trouxe substantivas transformações e importantes marcos simbólicos para o Brasil (RUBIM, 2015).

As políticas públicas de cultura foram emancipatórias, ou seja, a ação do Estado foi pela ideia da cultura como direito do cidadão e pela participação na construção das políticas culturais como um recurso de poder e campo de disputas legítimas de diferentes indivíduos e grupos que tiveram o direito de se expressar e se afirmar num espaço institucional democrático promovendo a cidadania cultural.

A gestão da cultura no Governo Lula (2003-2010) passou por uma profunda mudança, podendo este período ser considerado um ponto de inflexão da atuação do Estado, ao transformar o campo cultural, político e social brasileiro. Seus desdobramentos ainda podem ser postos em movimento neste momento atual do país permitindo-nos possibilidades de transgressão, reinvenção, resistências e (re) existências.

AS POLÍTICAS CULTURAIS NO GOVERNO DILMA ROUSSEFF: UMA BREVE ANÁLISE

No período do governo do presidente Lula (2007-2010), o Brasil e os contextos internacionais e nacionais eram profundamente diferentes. No ano de 2008, a crise mundial atingiu fortemente os países capitalistas centrais.

O governo Dilma Rousseff (2011-2015) começou com os resultados positivos da política de combate à crise de 2008 da gestão do Presidente Lula. Porém, os dois anos iniciais foram marcados por medidas contundentes, como demissão de ministros envolvidos em corrupção, no âmbito econômico a redução das taxas de juros, desvalorização cambial e modificações em programas de concessões etc. Em comparação ao estilo conciliador do presidente Lula, a presidenta Dilma sinalizava o estilo contundente e uma nova etapa de medidas econômicas e reguladoras que poderiam domesticar o excludente capitalismo brasileiro (COSTA PINTO et al, 2016).

Na cena política, o esforço da presidenta era considerado como tentativa de enquadramento de partidos, de políticos e do congresso nacional, da burocracia de Estado e até dos blocos de poder e de setores dominantes como banqueiros, proprietários, industriais etc.

No campo da cultura, as ações estruturadas nos governos Lula deram substrato à construção de políticas culturais que transcenderam para os governos Dilma (2011-2015), possibilitando a continuidade das políticas nacionais de longo prazo, assim como o Sistema Nacional de Cultura e o Plano Nacional de Cultura.

No entanto, no governo Dilma Rousseff (2011-2015), a gestão das políticas culturais foi considerada um momento de retrocesso no curso das políticas culturais voltadas para o desenvolvimento, para a cidadania e a diversidade cultural e da gestão voltada para alguns segmentos culturais em prejuízo ao conjunto da sociedade e de ameaça de descontinuidades de programas, projetos e ações em andamento no Ministério da Cultura.

Do ponto de vista da gestão, existiram sinalizações de descontinuidade em relação aos programas e às políticas e de inversão de prioridades na pasta, como fusão de secretarias que evidenciaram um novo desenho institucional do Ministério da Cultura. Com a posse de Dilma Rousseff, mesmo sendo do mesmo partido que o presidente Lula, alguns projetos foram enfraquecidos, assim como algumas pastas e ministérios (DOMINGUES, 2018).

De acordo com Bastos (2016) e Domingues (2018), o governo Dilma Rousseff precisa ser compreendido levando em consideração o poder estrutural do capital financeiro e as contradições inerentes aos modelos de crescimento e coalizão política observados desde o governo Lula.

Autores como Barbalho (2017) destacam que, no campo da cultura, manter conquistas, superar lacunas e consolidar as inovadoras políticas culturais iniciadas nos governos Lula deveriam ser metas do governo Dilma. No entanto, as ambiguidades e dificuldades apresentadas pela gestão da pasta da cultura em angulações distintas, dificultaram e até bloquearam tais caminhos, como expõe Rubim (2015). As descontinuidades e mesmo as continuidades das políticas desenvolvidas no governo Dilma (2011-2015) em relação ao governo Lula abrangeram diferentes áreas, pastas e Ministérios.

Em relação ao governo Lula, ocorreram no governo Dilma instabilidades⁴, mudanças de rumo em alguns projetos e programas, mas, ocorreram continuidades

⁴ As críticas a essa instabilidade marcaram o debate cultural brasileiro; ver CAVA (2011).

importantes. É o caso, por exemplo, do Sistema Nacional de Cultura⁵. O processo de implantação do SNC ganhou um novo impulso no governo Dilma. (BARBALHO, 2019).

O Sistema Nacional de Cultura, especificamente defende-a partir de “prescrições constitucionais”⁶ e de garantias para a “efetivação de políticas públicas de cultura de forma integrada e democrática em todo o país” e a “Gestão Democrática” é um dos seis temas que organizam o documento constitucional”. Nele se encontram, entre outras, as propostas de implantação da Política Nacional de Cultura (PNC)⁷ (BARBALHO, 2019).

O Sistema Nacional de Cultura (SNC), como instrumento, se apresenta como fundamental no processo de integração das políticas culturais e possui a função de estabelecer em conjunto com a sociedade, um sistema federativo de políticas públicas específicas para a cultura. Tal sistema, ao exigir a criação de mecanismos mínimos para o seu funcionamento nos estados e municípios do país (órgão gestor específico, conselho, plano e fundo de cultura⁸), possibilita algum grau de efetividade das políticas culturais independente do governo vigente (BARBALHO, 2019).

Para além da implementação do SNC e da adesão de quase todos os estados da federação ao PNC, o governo Dilma se destacou na questão da dimensão econômica da cultura no Brasil. No ano de 2012 foi criada a Secretaria de Economia Criativa (SEC) que focava no incentivo ao desenvolvimento de empreendimentos criativos brasileiros.

⁵ O investimento do Ministério da Cultura em prol do SNC desde 2003 deve ser buscado no programa de governo do então candidato Lula. O documento “A imaginação a serviço do país: Programa de Políticas Públicas de Cultura” (PALOCCI-FILHO; DANIEL, 2002) expõe os parâmetros que deveriam nortear a atuação do candidato na área da cultura se eleito. De fato, é um documento valioso para entender as linhas de atuação do Ministério tanto nos governos Lula quanto Dilma.

⁶ Emenda Constitucional nº 71, de 29 de novembro de 2012: Acrescenta o art. 216-A a Constituição Federal para instituir o Sistema Nacional de Cultura.

⁷ O PNC tem por finalidade o planejamento e implementação de políticas públicas de longo prazo voltadas à proteção e promoção da diversidade cultural brasileira. Diversidade que se expressa em práticas, serviços e bens artísticos e culturais determinantes para o exercício da cidadania, a expressão simbólica e o desenvolvimento socioeconômico do País (BRASIL, 2009).

⁸ Em relação aos fundos de cultura; no momento de edição desse artigo, o Brasil passa por uma pandemia: crise provocada pela chegada do novo coronavírus ao país. Com as medidas de isolamento social para conter a disseminação do coronavírus no Brasil, shows, sessões de teatro e cinema, exposições e outras atividades culturais foram suspensas, ou seja, o campo cultural foi bastante atingido economicamente. No entanto, diferentes deputados estão apresentando ao congresso nacional propostas de liberação de recursos do Fundo Setorial de Audiovisual (FSA) e do Fundo Nacional de Cultura (FNC) para pagamento dos cachês atrasados, das datas suspensas, ou adiadas, e a implementação imediata de programa de assistência financeira com renda mínima para os trabalhadores da área da cultura e trabalhadores informais. O objetivo da proposta é garantir apoio ao setor cultural do Brasil durante a crise provocada pela chegada do novo coronavírus ao país; ver: <<https://republicanos10.org.br/noticias/parlamentares/projeto-garante-apoio-financeiro-ao-setor-cultural-durante-a-pandemia/>>.

De acordo com Costa e Cunha (2015), a SEC tinha como missão conduzir as políticas públicas para o desenvolvimento local e regional dando prioridade ao apoio, fomento e monitoramento de profissionais de micro e pequenos empreendimentos criativos brasileiros.

Uma política que teve importante continuidade no governo Dilma, foi a publicação da Lei 12.485/2011, conhecida como Lei da TV Paga, discutida durante cinco anos no governo do ex-presidente Lula e sancionada pela presidente Dilma Rousseff. A Lei 12.485 viabilizou o incremento da produção independente brasileira, viabilizando a chegada dessa produção na TV paga e na TV aberta, ampliando a capacidade de investimentos do Fundo Setorial do Audiovisual, da Agência Nacional do Cinema, no desenvolvimento do setor, incentivando um conjunto de práticas das programadoras das TVs abertas, para produtores nacionais, o que permitiu um bom momento para o setor audiovisual brasileiro.

Uma das mais significativas propostas de política cultural brasileira nos últimos dez anos, o Programa Cultura Viva, de precisamente maior abrangência territorial e de diversidade cultural concebido no governo Lula, idealizado e implantado por Célio Turino (2009), obteve grande impacto em todo o país e fora do país. O Programa foi bastante estudado no campo das políticas culturais, existindo bastante literatura a esse respeito.

O programa sofreu modificações e reformulações no governo Dilma⁹, no entanto, ganhou ainda mais capilaridade e inserção internacional. Muitos países acabaram importando esse modelo. Segundo relato do seu idealizador, onde Estados latino-americanos demonstraram interesse, sendo que dentre eles, Argentina, Colômbia, Costa Rica e Peru já o efetivaram como política de governo (RIBEIRO; BRASIL, 2016).

O Programa Cultura Viva, através dos Pontos de Cultura (PC, possibilitou que áreas populacionais com carências diversas pudessem usufruir de ações civis que ocuparam o papel do Estado no sentido de garantir seus direitos culturais, ao possibilitar aos indivíduos e às coletividades o direito à criação, à fruição, à difusão de bens culturais,

⁹ Por causa de descontinuidades havidas nas políticas do Ministério da Cultura, sobretudo decorrentes de questões orçamentárias, sentiu-se a necessidade de se instituir, por lei, instrumento supostamente mais estável e seguro, o Programa Cultura Viva, a fim de lhe conferir precisamente estabilidade, segurança e, em consequência, longevidade (RIBEIRO; BRASIL, 2016).

além do direito à memória e à participação nas decisões das políticas culturais (BARBOSA DA SILVA; ARAÚJO, 2010, p. 11).

A reflexão sobre as políticas culturais nos anos dos governos Lula e Dilma deve considerar a história dessas políticas no mundo e, mais especificamente, no país. No plano internacional, cabe registrar a retomada das políticas culturais, desde o final dos anos 1990, marcadas pelo olhar da diversidade cultural. (RUBIM, 2015).

Diferentes análises e críticas são feitas às políticas culturais nas experiências nos governos Lula e Dilma. No entanto, mesmo com contradições, este período animou alguns agentes culturais até então alheios aos processos de construção de políticas públicas para a cultura a conquistarem um espaço mais amplo de interferência na agenda do Ministério (DOMINGUES, 2018).

A cultura não deixou de ser compreendida como eixo estratégico de desenvolvimento do país nos governos Dilma. No entanto, a dramática convivência de continuidades e rupturas marcou o campo cultural assim como o reflexo da conjuntura institucional, política e econômica do país no governo Dilma.

DO GOLPE DE 2016 À ELEIÇÃO DE JAIR BOLSONARO

A gestão de Dilma Rousseff foi marcada por uma série de protestos, que foram intensificados no segundo mandato. No ano de 2015 as insatisfações foram amplificadas pela exposição dos casos de corrupção da Petrobrás e pela defesa da Operação Lava Jato. Uma parte significativa da sociedade brasileira demonstrava descontentamento à classe política e ao Partido dos Trabalhadores em específico (DOMINGUES, 2018).

Em dezembro de 2015, Dilma Rousseff é afastada da presidência da República pelo processo de *impeachment* e, em maio de 2016, Michel Temer assume o governo. Diferentes autores defendem a tese de que não foi *impeachment*, foi “Golpe” (BASTOS, 2017).

Uma das teses tem o argumento central na mudança do cenário econômico depois da crise financeira global de 2008 que dificultou a conciliação dos interesses de diferentes frações da burguesia e que as reviravoltas da política econômica do primeiro governo Dilma Rousseff contribuíram para reforçar tanto a desaceleração cíclica quanto o descontentamento empresarial (SAMPAIO-JÚNIOR, 2017).

Na cena política, o esforço da presidenta era considerado como tentativa de enquadramento de partidos políticos e do congresso nacional, da burocracia de Estado e até dos blocos de poder e setores dominantes como banqueiros, proprietários, industriais etc. A desaceleração econômica associada ao novo contexto internacional desfavorável, implicou na redução das taxas de rentabilidade dos segmentos dominantes, menos os bancos, gerando impactos negativos na acumulação de capital no Brasil (SAMPAIO-JÚNIOR, 2017).

A crise econômica e a crise política vão se aprofundando no governo Dilma, os desdobramentos da Operação Lava Jato vão ganhando contornos estruturais, se agravando no campo político, momento no qual a presidenta não consegue se articular com a base parlamentar e o *impeachment* surge como instrumento de pressão do bloco no poder (setores dominantes) e seus representantes na cena política avançam na direção de novas reformas neoliberais e conservadoras no país.

Assim como expõe Barbalho (2017), as políticas de cultura, sobretudo o campo cultural no Brasil a partir do governo de Michel Temer, estão inseridos no contexto que engloba todo o campo político econômico brasileiro, pelo menos desde o início do segundo governo Dilma e, como todo momento de crise, tal qual o de gênese, revela muito sobre o campo cultural ao expor seus agentes mais ativos.

O período do pós Golpe, foi o início de um forte retrocesso no processo de políticas públicas brasileiras, sobretudo para a cultura. Em 2016, na gestão de Michel Temer, o Ministério da Cultura perdeu o estatuto de ministério gerando um quadro de profundas incertezas quanto à continuidade das políticas públicas para a cultura.

Após inúmeros protestos e forte pressão popular de vários setores da sociedade, o então presidente decide recriar o Ministério da Cultura. No entanto, a decisão do presidente Michel Temer de não acabar com o Ministério da Cultura oficialmente não impediu o enfraquecimento e desmantelamento da pasta.

Estamos no segundo ano de governo Jair Bolsonaro e uma de suas primeiras medidas foi extinguir o Ministério da Cultura, que foi absorvido pela pasta Ministério da Cidadania e Ação Social e que engloba Cultura, Esporte e Desenvolvimento Social. A unificação administrativa das pastas enfraqueceu as políticas, especialmente as políticas para a cultura. A extinção do Ministério da Cultura interrompeu a consolidação de um ciclo de políticas culturais fundamentais para uma agenda política de desenvolvimento para o país.

Para se pensar a cultura no Brasil atual – Janaína Santos Dias – p. 233-258

A eleição de Jair Bolsonaro para presidente em 2018 segue sendo um projeto de violência cotidiana, que passa pelo conservadorismo político e cultural, de perda de direitos, pobreza, desesperanças, desinvestimentos, desalentos e gravíssimos ataques à democracia brasileira e seus cidadãos.

Jair Bolsonaro era o candidato perfeito para os setores neoliberais, nacionais e internacionais (FONTES, 2019). Assim como expõe a autora, o governo “Jair Bolsonaro é uma combinação perversa: fascismo e neoliberalismo”. O antigo projeto do neoliberalismo agressivo. O cenário que assistimos é de ataque, destruição, desmantelamento e, é mais do que a sinalização de um projeto político de país onde simbolicamente a concepção de cultura que se evidencia demonstra ir ao encontro da própria lógica do capital. Ou seja, uma concepção neoliberal sobre as cidades, as políticas públicas e sobre quais os agentes devem ser beneficiados por tais políticas.

O momento atual é de extrema gravidade. A gestão da cultura no governo Jair Bolsonaro, na figura do ex-secretário de cultura Roberto Alvim, em seu discurso de lançamento de programa fez apologia ao nazismo¹⁰. Logo, percebe-se a intencionalidade do governo rumo a um governo autoritário.

Na Secretaria Especial da Cultura, foi empossada a atriz Regina Duarte. A pasta da cultura desde o governo Temer vem tendo uma rotatividade fora do comum. Alinhada ao governo Bolsonaro, a então secretária Regina Duarte defendeu uma concepção de cultura exotizada, caricaturizada bem distante daquilo que nesses anos tem sido entendido enquanto um projeto político cultural no Brasil de cultura, enquanto transformação de valores, base da construção e da preservação de nossa identidade e espaço para a conquista plena da cidadania.

O país desde que elegeu Bolsonaro vem tratando a cultura como não prioritária na agenda política do país. A visão antropológica da Cultura, as três dimensões simbólica, econômica e cidadã das políticas culturais que influenciaram as políticas públicas no Brasil em quase duas décadas, seja na área da cidadania e da diversidade cultural, seja em áreas de forte impacto econômico como o cinema e o audiovisual e economia criativa durante os governos Lula e Dilma Rousseff foram extintas

¹⁰ O secretário de cultura reproduziu o mesmo discurso de Goebbels, com pequenas alterações de redação, ao anunciar as políticas da pasta. Além disso, a música de Wagner citada ao fundo, é o tema de "Lohengrin" que é referenciado em Mein Kampf, por Hitler como obra que inspirou ele na fundação do nazismo. Ver <<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2020/01/17/Como-Roberto-Alvim-imitou-o-discurso-de-Goebbels-no-v%C3%ADdeo-que-levou-%C3%A0-sua-demiss%C3%A3o>>.

juntamente com o Ministério da Cultura. Hoje a pasta da Cultura defende um modo de se fazer cultura de forma caricaturizada, tudo aquilo que nesses anos lutamos para superar.

Mas, e agora? Como será marcada essa perigosa fase que atravessaremos? Mudam-se os secretários de cultura¹¹, mas o projeto de não investimento na cultura permanece, na medida em que a cultura segue sem ser uma área prioritária, apesar dos avanços dos últimos quinze anos. O desafio posto é mantermos o conquistado até aqui.

A CULTURA COMO DIREITO

As políticas estatais de cultura como ação de dimensão pública, são compreendidas a partir do entendimento dos direitos culturais como parte dos direitos humanos fundamentais (CHAUÍ, 2012, p. 46).

Uma questão que merece destaque no período analisado neste texto é referente aos novos contornos da cidadania; buscamos nesta seção, pela perspectiva cidadã de participação nas políticas para a cultura, a cultura pensada como direito.

A noção de Cultura como direito é uma reflexão que não pode ser feita separada do fazer político, assim como destaca as autoras Chauí (2012) e Dagnino (1994). O discurso da cidadania como direito fundamental objetiva protegê-la, para que não esteja à mercê do poder discricionário do Estado. Portanto, se pensada como direito fundamental, ainda que no campo do discurso jurídico, significa afirmá-la como valor e princípio que não pode ser suprimido do nosso ordenamento jurídico e da prática política, independentemente da corrente ideológica que se encontre no poder.

Cidadania e direitos relacionam-se diretamente com a democracia, regime de participação complexo, conflituoso e que, portanto, acolhe as diferenças e os conflitos. Nesse sentido, Chauí (2012), expõe que sociedade democrática é aquela que legitima conflitos e os trabalha politicamente, estimulando à auto-organização da população “que opera como contra poder social capaz determinar direções e mudanças políticas” (p. 46).

A busca de novas práticas organizacionais enfatiza formatos mais democráticos e a constituição de sujeitos sociais, baseada no desenvolvimento de uma noção de

¹¹ No momento da redação deste artigo, a pasta da cultura deixou de ser gerida pela atriz Regina Duarte. Em seu lugar foi empossado o ator Mário Frias. Ver: <<https://www.cartacapital.com.br/cultura/confirmado-mario-frias-e-o-novo-secretario-de-cultura/>>.

direitos e, especialmente, da noção de uma nova cidadania. Essa concepção de cidadania constitui hoje um referencial teórico e político fundamental na medida em que ela é capaz de articular a multiplicidade de dimensões que caracteriza a questão democrática. Conforme salienta Dagnino (1994), o surgimento dessa concepção está intrinsecamente ligado à experiência concreta dos movimentos.

As políticas públicas nos governos Lula e Dilma, sobretudo as culturais, tiveram sua formulação e implementação voltadas para ações cidadãs e emancipatórias de diferentes atores da sociedade. A estruturação das ações para a cultura, também contribuiu para a construção de um novo ciclo político, cultural, social e econômico brasileiro.

Ao considerar a cultura como construção da cidadania é inevitável o pressuposto do envolvimento participativo das classes subalternizadas, não para o fortalecimento do mercado, do desenvolvimento econômico ou de processos gerenciais, mas para o aprofundamento radical da democracia a partir da política enquanto articulação da pluralidade das demandas e representações da sociedade. A participação na construção das políticas públicas é aqui entendida enquanto recurso de poder e como campo de disputa. O modelo de gestão implementado na estruturação das políticas para a cultura nesse entendimento pode ser analisado a partir de um novo modelo de gestão social e gestão pública que se fundamenta em três princípios norteadores.

O primeiro princípio é que a gestão das políticas culturais implica referir-se a ações por parte do Estado como resposta a necessidades sociais que têm origem na sociedade e que são incorporadas e processadas pelo Estado em suas diferentes esferas de poder (federal, estadual e municipal). O segundo atribui a formulação das políticas culturais, a gestão e o financiamento como primazia do Estado, a quem cabe à competência pela condução das políticas. O terceiro princípio refere que a primazia do Estado não significa responsabilidade exclusiva do Estado, pois implica a participação ativa da sociedade civil nos processos de formulação e controle social da execução, o que aponta para a importância dos conceitos de espaço público e participação social. (DIAS; ALVES, 2015)¹².

A perspectiva da gestão social a partir do qual foram articulada as políticas para a cultura no período de análise nos faz refletir sobre a influência no processo de

¹² Sobre a perspectiva da participação e da gestão social nas políticas culturais no período analisado, ver Dias e Alves (2015).

construção, implementação e gestão dessas políticas e a sobre a atuação de diferentes grupos de interesses, pautas e debates, ou seja, diferentes grupos na luta pelas posições de poder no campo social e político. Novos agentes do campo político cultural passaram a ocupar posições, a se representarem simbolicamente na construção da participação qualificada dos sujeitos e na construção de novos espaços no campo das políticas, sobretudo culturais.

Com a eleição de Luís Inácio Lula da Silva como Presidente da República, o confronto e o antagonismo que tinham marcado profundamente a relação entre o Estado e a sociedade civil nas décadas anteriores cederam lugar a uma “aposta” na possibilidade da sua ação conjunta para o aprofundamento democrático. Essa aposta deve ser entendida num contexto onde o princípio de participação da sociedade se tornou central como característica distintiva desse projeto, subjacente ao próprio esforço de criação de espaços públicos onde o poder do Estado pudesse ser compartilhado com a sociedade (DAGNINO, 2004, p. 3).

No entanto, a estrutura que se constrói hoje no campo das políticas culturais do Brasil é um cenário de desmonte e destruição. O Estado brasileiro trabalha para garantir os ganhos do mercado, na retirada de direitos sociais consagrados na própria Constituição Federal, na repressão, na criminalização dos movimentos sociais e agentes de oposição, no esvaziamento da política e na quebra dos valores democráticos conquistados. Assistimos à intensificação do sexismo, misoginia, racismo, homofobia e xenofobia.

A democracia não é mais entendida como lugar da diferença e das possibilidades do ser, do lugar à dimensão política da existência humana e como algo mais do que a titularidade de direitos. A crise da democracia hoje no Brasil vem de uma reação conservadora às transformações no campo dos valores e costumes e às conquistas consideradas progressistas de diferentes segmentos societários e a um contexto histórico no qual novos atores entraram para o jogo político como: os periféricos, as mulheres, o negro, a população indígena, o quilombola, as pessoas LGBTQ+ que, não só foram para a universidade como foram eleitos para cargos políticos, representativos etc. Essas conquistas levaram um tempo, anos de lutas e enfrentamentos dos movimentos sociais.

Nos últimos anos, sobretudo, devido à atuação das mídias e canais alternativos de mobilização, uma multiplicidade de vozes passou a se expressar, alcançando maior ressonância e visibilidade na esfera pública. Isso impactou e criou formadores de

opinião, seja à esquerda ou à direita e, essas demandas terão que ser respondidas uma vez que esses cidadãos não irão renunciar a seus direitos e reivindicações enquanto sujeitos políticos.

O debate sobre gênero e orientação sexual não vai retroceder em suas lutas, as mulheres não vão recuar nas suas agendas. No entanto, a fase que vivemos hoje é desconhecida. É um cenário novo, de absoluta radicalização autoritária e violenta em curso no país. Há uma nova etapa do neoliberalismo, neofascismo e da própria sociedade (FAGUNDES, 2020). O cenário político é desafiador dentro de um conjunto de ideologias discricionárias, violentas e totalitárias que prosperam na sociedade brasileira atualmente (SCHWARCZ, 2020).

Conforme expõe DAGNINO (2004), no Brasil há uma confluência perversa entre um o projeto neoliberal e a resistência de um projeto político democratizante, participativo e que marca o cenário da luta pelo aprofundamento da democracia na sociedade brasileira, especialmente nesses quatorze anos em torno de uma disputa político-cultural¹³. A autora aborda as noções de sociedade civil, participação e cidadania, como referências centrais para o entendimento dessa confluência e as implicações desse processo de ressignificação para as representações vigentes de política e de democracia na atualidade.

A questão hoje é fazer com que a perspectiva democrática ainda prevaleça e consiga comprometer atores e protagonistas com os desafios do atual contexto autoritário, anticultural e antissocial.

São as regras socialmente pactuadas que fazem da imaginação, do imaginário, um conjunto de valores, símbolos e instituições democráticas compartilhadas, ou seja, a cultura, que o governo bolsonarista pretensamente deseja destruir. A cultura ganha importância como elemento essencial para refletir e, especialmente enfrentar a crise pela qual passa o Brasil. É o desafio ético-político que se impõe hoje como sobrevivência e caminhada cidadã.

¹³ Não podemos deixar de considerar, a luta pela inclusão na agenda política do governo do Partido Dos Trabalhadores, luta dos diferentes movimentos sociais pela democracia e participação inclusiva nos anos 90.

O DESAFIO ÉTICO-POLÍTICO DA CULTURA

A elite tradicional conseguiu inventar um fenômeno político curioso para fazer valer os seus interesses: uma espécie de fascismo neoliberal ou de neoliberalismo fascista. Uma situação histórica peculiar. Qual governa? O fascismo neoliberal ou o neoliberalismo fascista. (FAGUNDES, 2020).

A implantação em âmbito global do projeto neoliberal trouxe profundas consequências para as sociedades latino-americanas no que se refere à reestruturação do Estado e da economia (PINTO, 2017). No entanto, os impactos desse processo sobre a cultura são menos reconhecidos e menos ainda em suas especificidades nacionais.

O que assistimos no Brasil, assim como destacou Mouffe (1996), é o aprofundamento das reformas neoliberais, da lógica capitalista e de seu padrão cultural, estético e comportamental. Há hoje uma real combinação conservadora dos velhos tempos. O discurso político hoje possui a capacidade de estabelecer novas posições de sujeito e de identidades políticas. Hoje se tensiona de forma perversa¹⁴ os conceitos: liberdade x diferença, igualdade x identidade, indivíduo x cidadão.

O que vemos hoje com mais clareza no Brasil é o Estado fazer questão de estar em diversos setores “espirituais” (igrejas, artes, educação, imprensa etc.) e, sobretudo em relação à economia (“materiais”), propõe uma política neoliberal.

A cultura nos tempos contemporâneos atrai a atenção dos políticos; não que os políticos sejam sempre homens de cultura, mas que a cultura é reconhecida como instrumento de política, e como algo socialmente desejável ao Estado promover (BARBALHO, 2017). Ainda que, o não investimento na cultura também seja uma política, como aponta o autor, a estrita relação entre campo político e campo cultural no Brasil atual tornou-se mais do que nunca componente indissolúvel do mesmo processo (MOTTA, 1997). Questionamos a partir dos autores acima, o que pode a cultura produzir em meio ao fascismo e ao autoritarismo? Trabalharemos o conceito de cultura articulado- o com a política, economia e o cotidiano.

Canclini (1987), professor e escritor argentino já nos anos 1980, acompanhava as lutas diante das receitas neoconservadoras e da perspectiva liberal que começavam a

¹⁴ Por perversa, usamos aqui o conceito de DAGNINO (2004) como um fenômeno cujas consequências contrariam sua aparência, cujos efeitos não são imediatamente evidentes e se revelam distintos do que se poderia esperar sobre a cultura e a política.

ser aplicadas com força nos países do continente. Nesse contexto, o horizonte traçado para as políticas culturais pelo autor era claro: lutar contra o capitalismo e imperialismo no intuito de possibilitar uma via socialista a partir de uma política popular na cultura (BRIZUELA; BARROS, 2014).

Ressaltamos a atualidade das construções conceituais de Canclini (1987) para o estudo das políticas culturais contemporâneas no contexto latino-americano. Canclini (1987) observava criticamente a conjuntura econômica das sociedades latino-americanas da época (anos 1980), agravada pela implantação do modelo liberal neoconservador que reduz fundos públicos para a educação, para pesquisa e difusão de bens culturais, que diminui os salários e aumenta as condições de precarização dos trabalhadores. Para o autor essas condições impossibilitam uma efetiva democracia cultural.

[e]n el momento en que comprendemos mejor el papel que la cultura puede cumplir en la democratización de la sociedad estamos en las peores condiciones para desarrollarla, redistribuirla, fomentar la expresión y el avance de los sectores populares (CANCLINI, 1987, p. 26).

Pela perspectiva do autor, o trabalho cultural é necessário para enfrentar democraticamente as contradições do desenvolvimento, ou seja, do capitalismo. A crise da cultura deve tratar-se junto com a que se vive na economia e na política (BRIZUELA; BARROS, 2014).

Vich (2015) discorre que não devemos entender a cultura como instância encarregada somente pela simbolização daquilo que existe, deve-se conceber a cultura como um dispositivo que contribui para produzir a realidade e que funciona como um suporte para esta. Neste sentido, qualquer projeto de política cultural deve entender a cultura não tanto pelas imagens que representa, mas pelo que faz; e boa parte do que a cultura faz é produzir sujeitos e produzir e reproduzir relações sociais (VICH, 2015).

A partir desta perspectiva, a cultura e as políticas culturais podem agir como agentes de desconstrução de imaginários hegemônicos, ou seja, do capitalismo como se apresenta hoje em sua fase ultraliberal e neofascista, que embasa boa parte de seu poder na dominação simbólica conforme destaca ARIAS (2017). Entendemos que os símbolos da cultura são igualmente lugar de resposta (VICH, 2015).

O projeto neoliberal encontra no Brasil um contendor que, embora evidentemente não hegemônico, pode ser capaz de constituir um campo de disputa. As existências desse contendor e dessa disputa adquirem especificidade própria conforme a contexto atual no Brasil.

Hall (2014) compreende a cultura como terreno de luta e aborda a relação entre cultura e formação prática social. Ao estudar a cultura hoje, precisamos ter em mente como esses mecanismos criam impactos nos diversos grupos, econômicos, políticos, sociais e culturais. Dessa forma, a centralidade da cultura e o seu papel constitutivo hoje em todos os aspectos da vida social devem ser analisados conceitualmente, teoricamente e analiticamente num contexto de transformações, tendências e direções contraditórias de mudança social, política e econômica, como destaca Hall (2014).

Abordamos aqui um entendimento sobre a cultura de autores que a estudam como um conjunto de fenômenos que contribuem, mediante a representação ou reelaboração simbólica das estruturas materiais para compreender, reproduzir ou transformar o sistema social. O processo cultural como uma das partes do todo que é a realidade, sendo prática social, processo é algo que reúne todos os sentidos e significados de um determinado tempo e sociabilidade onde suas modificações expressam o fluxo de transitoriedade da história que vivenciamos atualmente no Brasil.

O caráter do governo brasileiro e seu projeto político atual evidenciam fortes tendências autoritárias, no qual valores, ideologias e a democracia estão em disputa e, os seus desdobramentos dependerão do quadro de resistência e enfrentamento nacional, assim como das tensões internacionais e globais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os autores abordados trazem entendimentos no que diz respeito a dar a devida elaboração a compreensão da dinâmica cultural de uma sociedade. Os autores convergem no sentido de a cultura ser parte indissociável de um todo que é a vida social e que, por isso, existem influências e tensionamentos mútuos e constantes entre todas as partes que a compõe. O que quer dizer que a cultura anda junto e inseparavelmente com os rumos sociais e é parte constitutiva de toda a prática social.

A dimensão cultural tem centralidade no processo social, pois se concretiza na práxis das lutas e nos desafios contemporâneos. Deve ser tratada como elemento
Para se pensar a cultura no Brasil atual – Janaína Santos Dias – p. 233-258

constituente das forças de desenvolvimento de uma sociedade, de um povo e de um projeto político de nação.

O lugar da cultura é no cerne social, econômico e político que organiza nossa sociedade. Sublinhando aqui a necessidade de se pensar e considerar a cultura como um campo permanente de disputas de sentidos, sobretudo no âmbito do Estado, é necessário retomar o papel estratégico que a cultura ocupou no desenvolvimento do Brasil e defender seu lugar na gestão pública.

Vivemos no Brasil um tempo de pesadelo. De celebração da violência, da irracionalidade, da tortura, do racismo, da xenofobia, do desprezo pela educação, pela ciência, pelos povos indígenas, pela natureza, pelo planeta, pelos cidadãos brasileiros e sua cultura. Presenciamos a mistura de um autoritarismo com o liberalismo econômico radical e um tempo de subordinação expressa aos ditames do capital.

Posto isso, para enfrentarmos o avanço conservador, autoritário e a retomada de discursos retrógrados, do desinvestimento, abandono e desprezo ao campo cultural e as políticas públicas de cultura no Brasil, apostamos na cultura como campo de luta, pois esta tem papel central na luta social ao se relacionar dialeticamente com a história, a política e a economia, incidindo nas relações produtivas, ou seja, na totalidade das relações sociais.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Sílvio Luiz de. A história e a disputa de sentidos: sobre o autoritarismo brasileiro. **Revista Instituto de Estudos Brasileiros**. São Paulo, n. 74, p. 324-328, Set./Dez. 2019.

ARIAS, Juan. Brasil vive um clima de pré-nazismo enquanto a oposição emudece. **El País**, 20 Ago. 2019. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2019/08/20/opinion/1566327462_691370.html>. Acesso em: 24 de janeiro de 2020.

ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. A política cultural: regulação estatal e mecenato privado. **Revista Tempo Social**, v. 15, n. 2, p. 177, 193, Nov. 2003.

BARBALHO, Alexandre. Em tempos de crise: o MINC e a politização do campo cultural brasileiro. **Políticas Culturais em Revista**, v. 10, p. 23-46, 2017.

_____. **Cultura e Democracia**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Lumem Juris. 2017.

_____. **Sistema Nacional de Cultura: campo, saber e poder**. Fortaleza: EdUECE, 2019.

Para se pensar a cultura no Brasil atual – Janaína Santos Dias – p. 233-258

BARBOSA DA SILVA, Frederico; ARAÚJO, Herton E. (Org.). **Cultura Viva: avaliação do programa arte educação e cidadania**. Brasília: IPEA, 2010.

BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. Ascensão e crise do governo Dilma Rousseff e o golpe de 2016: poder estrutural, contradição e ideologia. **Revista Economia Contemporânea**, v. 21, n. 2, 2017.

BRASIL. **Relatório Redesenho do Programa Cultura Viva**. Brasília: IPEA, 2012.

_____. **Instrução Normativa Nº 2, de 23 de abril de 2019**. Ministério da Cidadania. Disponível em: <<http://www.in.gov.br/web/dou/-/instru%C3%87%C3%83o-normativa-n%C2%BA-2-de-23-de-abril-de-2019-84797797>>. Acesso em: 7 de julho de 2020.

_____. **Ministro da Cultura, Gilberto Gil, sobre o Programa Nacional Cultura, Educação e Cidadania – Cultura Viva, durante encontro com artistas em Berlim**, 2004. Disponível em: <<http://cultura.gov.br/ministro-da-cultura-gilberto-gil-sobre-o-programa-nacional-cultura-educacao-e-cidadania-cultura-viva-durante-encontro-com-artistas-em-berlim-36714/>>. Acesso em: 19/11/2019.

_____. **Plano Nacional de Cultura**, 2009. Disponível em: <http://pnc.cultura.gov.br/wp-content/uploads/sites/16/2018/05/03_plano_nacional_de_cultura.pdf>. Acesso em: 07 de maio 2020.

BROWN, Wendy. Neoliberalismo. “Estamos diante de um novo capítulo”. Entrevista com Wendy Brown. Concedida a Ignasi Gozalo-Salellas, Álvaro Guzmán Bastida e Héctor Muniente. Tradução: Centro de Promoção de Agentes de Transformação - CEPAT. **Instituto Humanitas Unisinos**, 2017. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/574278-neoliberalismo-estamos-diante-de-um-novo-capitulo-entrevista-com-wendy-brown>>. Acesso em: 10 de janeiro de 2020.

BELEM, Marcela Purini; DONADONE, Julio César. C. A Lei Rouanet e a construção do “mercado de patrocínios culturais”. **Norus**, v. 01, n. 01, p. 51-61, jan-jun, 2013.

BRIZUELA, Juan Ignacio; BARROS, José Márcio. Políticas Culturais e Território na América Latina: Diálogos conceituais entre Néstor García Canclini, Rodolfo Kusch e Milton Santos. **Revista PragMATIZES**, Ano 5, n. 8, 2014.

CALABRE Lia; LIMA, Deborah Rabello (orgs). **Políticas Culturais, conjunturas e territorialidades**. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa; São Paulo: Itaú Cultural, 2017.

CAMINHA, Daniel Ouriques. Políticas culturais e transformação social: um estudo crítico do discurso do Ministério da Cultura do Brasil no início do século XXI. **XXXVII Encontro Nacional da ANPAD - Anais**, Rio de Janeiro, 2013.

CANCLINI, Nestor Garcia. **Políticas Culturales en America Latina**. Buenos Aires: 1987.

CAVA, Bruno. De que Ana Buarque de Holanda tem medo? **Cultura e Mercado**, 2011. Disponível em: <<https://www.culturaemercado.com.br/site/de-que-ana-de-hollandatem-medo/>>. Acesso em: 2 de maio de 2020.

CHAUÍ, Marilena. **Cidadania Cultural: o direito à cultura**. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2009.

COSTA PINTO, Eduardo; PINTO, José Paulo Guedes; BARUCO, Grasiela; SALUDJIAN, Alexis; BALANCO, Paulo; SCHONERWALD, Carlos; NOGUEIRA, Isabela. A economia política dos governos Dilma: acumulação, blocos no poder e crise. **Instituto de Economia UFRJ - Texto para Discussão**, n. 004, 2016. Disponível em: <https://www.researchgate.net/profile/Eduardo_Pinto9/publication/301892838_A_economia_politica_dos_governos_Dilma_acumulacao_bloco_no_poder_e_crise/links/572baf5608ae2efbdfdbdbce/A-economia-politica-dos-governos-Dilma-acumulacao-bloco-no-poder-e-crise.pdf>. Acesso em: 19/11/2020.

COSTA, Frederico Lustosa da; CUNHA, Augusto Paulo. Bases teóricas e metodológicas para identificação, mapeamento e planejamento de territórios criativos. In: **Dimensões econômicas da cultura: experiências no campo da economia criativa no Rio de Janeiro**. CASTRO, Flávia Lages de, TELLES, Mário F. de Pragmácio (coord). Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2015.

COSTA, Camila Furlan da; MEDEIROS, Igor Baptista de Oliveira; BUCCO, Guilherme Brandelli. O financiamento da cultura no Brasil no período 2003-15: um caminho para geração de renda monopolista. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 51 n. 4, jul./ago. 2017.

DAGNINO, Evelina. Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania. In: DAGNINO, Evelina. **Os anos 90: política e sociedade no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

_____. **Entrevista para a Revista Direitos Humanos**. 8ª ed. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, 2012.

DIAS, Janaina Santos; ALVES, Angeline C. T. M. Cultura e Participação Social. **Anais do VI Seminário Internacional de Políticas Culturais**. Rio de Janeiro. Casa de Rui Barbosa, 2015, p. 673-685.

DOMINGUES, João; SANTOS, Leandro de Paula; SILVA, Mariana de Oliveira. Do ato fóbico ao ato mágico pós-político: o novo mercado discursivo do Ministério da Cultura. **Revista EPTIC**, v. 20, n. 2, mai-ago, 2018.

FAGUNDES, Raphael Silva. O fascismo liberal ou o neoliberalismo fascista? **Revista Fórum**, 23 jan. 2020 Disponível em: <<https://revistaforum.com.br/colunistas/raphaelsilvafagundes/o-fascismo-neoliberal-ou-o-neoliberalismo-fascista/>>. Acesso em: 23 de junho de 2019.

FONTES, Virgínia. O núcleo central do governo Bolsonaro: o proto-fascismo. **Esquerda on line**, 8 jan. 2019. Disponível em: <<https://racismoambiental.net.br/2019/01/11/o-nucleo-central-do-governo-bolsonaro-o-proto-fascismo-por-virginia-fontes/>>. Acesso em: 10 de janeiro de 2020.

GAGLIONI, Cesar. Como Roberto Alvim imitou o discurso de Goebbels no vídeo que o levou à sua demissão. **Nexo Jornal**, 17 jan. 2020. Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2020/01/17/Como-Roberto-Alvim-imitou-o-discurso-de-Goebbels-no-v%C3%ADdeo-que-levou-%C3%A0-sua-demiss%C3%A3o>>. Acesso em: 5 de maio de 2020.

HALL, Stuart. **A identidade Cultural na Pós-modernidade**. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva e Guaciara Lopes Louro. Rio de Janeiro: Lamparina, 2014.

HARVEY, David. Neoliberalismo, projeto político. Entrevista com David Harvey. Concedida a Bjarke Skærland Risager. Tradução: Inês Castilho. **Instituto Humanitas Unisinos**, 2017. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/568205-neoliberalismo-projeto-politico-entrevista-com-david-harvey>>. Acesso em: 10 de janeiro de 2020.

MOTTA, C. G. **Ideologia da Cultura Brasileira**. Ed. Ática, 1997.

MOUFFE, Chantal. **O regresso do político**. Lisboa: Gradiva, 1996.

PALOCCI-FILHO, Antônio; DANIEL, Celso (coord.) **A Imaginação a Serviço do Brasil**: Programa de Políticas Públicas de Cultura. São Paulo: Coligação Lula Presidente, 2002. Disponível em: <<http://rubi.casaruibarbosa.gov.br/handle/20.500.11997/6287>>. Acesso em: 19/11/2020.

RIBEIRO, Hugo Leonardo; BRASIL, Mário Lima (orgs). **Programa Cultura Viva**. Impactos e Transformações. 1ª ed. Brasília: UnB, 2016.

REIS, Léa Maria Aarão. Os resistentes da casa de Rui Barbosa. **Carta Maior**, 17 jan. 2020. Disponível em: <<https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Arte/Os-resistentes-da-Casa-de-Rui-Barbosa/39/46276>>. Acesso em: 5 de abril 2020.

RUBIM, Antônio Albino Canelas; BARBALHO, Alexandre Almeida; CALABRE, Lia. (Orgs). **Políticas Culturais no governo Dilma**. Salvador: EDUFBA, 2015.

SAMPAIO-JÚNIOR. Plínio de Arruda. **Crônicas de uma crise anunciada**: crítica à economia política de Lula e Dilma. São Paulo: SG-Amarante, 2017.

SANTINI, Alexandre. **Cultura Viva Comunitária**: Políticas Culturais no Brasil e América Latina. 1ª ed. ANF Produções, 2017.

SCHWARCZ, Lilia. **Regina Duarte e a cultura caricaturizada**. YouTube Vídeo (4:14), 12 mar. 2020. Disponível em: <<https://youtu.be/CbDjZTBbQDA>>. Acesso em: 08 de maio de 2020.

SODRÉ, Muniz. A Cultura como crise. **Políticas Culturais em Revista**. v.10, n. 1, p. 1-12, 2017.

TURINO, Célio. **Ponto de Cultura**: o Brasil de baixo para cima. São Paulo: Anita Garibaldi, 2009.

STROPP, Alessandra. **Fantasma Vestido de Palhaço**. Youtube, Banda Larga Filmes, Vídeo (22:21), 15 out. 2015. Disponível em: < <https://youtu.be/pCTOb8zbFuY>>. Acesso em: 14 de março de 2019.

Recebido em: 01/07/2020 Aprovado em: 30/08/2020
--